

09 SET 75

Resumo das conversações com
o Bureau Político do MPLA

Local: Estação Radio-Naval de Belas-Luanda

<u>Presentes:</u>	F.A.P.	Alto-Comissário h. Cardoso General Almeida Cap. Traç. Martins e Silva
	MPLA	Dr. Agostinho Neto Hoje do Nascimento Luís Lara

Dr. Ag. Neto - Ainda não retiramos conclusões quanto à real intenção de Portugal (referir-se ao decreto-lei que suspendeu o Acordo de Alvor e concentrou os poderes no Alto Comissário).

Fala-se num aumento de efectivos, o que não entendemos bem tendo em atenção a proximidade da data do Alvor.

As forças estrangeiras do Zaire e da RAS vão continuar a agir, respectivamente através de FMA e da UNITA. Esta fez uma declaração de guerra contra o MPLA e não só contra o MPLA (referir-se a nós). Continuamos a procurar as suas declarações secessionistas. Vamos fazer tudo para manter o que foi a colónia portuguesa de Angola. Todos nós, no MPLA, vamos trabalhar nesse sentido e também para evitar diálogos com a FAP e com a população portuguesa. Esta não está certamente interessada em conflitos. No entanto esta nossa intenção não pode ser superior à determinação de defender a integridade de do território (referir-se aos portugueses que têm alinhado com a FAP e UNITA).

Temos sido sempre leais para com Portugal, mas houve infelizmente um elemento que faltou (a aproximação com a UNITA): já conta vamos com a atitude de UNITA, que não é boa. Não esperamos que Portugal mude a sua política; esperamos que haja ~~uma~~ compreensão da posição do MPLA. Dessa compreensão resultará um melhor trabalho conjunto. É isto que esperamos.

A. Comissário - Constattei também a vossa preocupação relativamente às medidas tomadas por Portugal. Não é um endurecimento da nossa parte,

mas antes uma soluçao burocratica, derivada da situacao politica criada. Fizimos expresso internacionalmente. Notei o crescimento do MPLA e sei que, sem querer tomar o poder pela forza, estava a fazê-lo pelo gesto. O MPLA procurou governar Luanda.

Estreanhámos tambem a dureza e a oportunidade de do vosso comunicado, quando estavam a decorrer negociacões [com a UNITA] em Lisboa.

Não há qualquer intenção por trás do que está escrito no Decreto-lei e no comunicado da Comissão de Descolonização. Houve que disciplinar o governo: os ministros tinham ido para os seus feudos (Carmona e Nova Lisboa) e não podia permitir-se que governassem daí.

Quando a capacidade de declarar o estado de sítio, que o decreto-lei prevê, foi aclarada nossa posição. Não é nossa intenção mobilizar o MPLA. O último local onde seria necessário declarar o estado de sítio seria aqui em Luanda. A rimro penso, distante, seria a fone em Luanda, que pode originar a invasão do asfalto.

Não há, da nossa parte, qualquer intenção ou recuo na condução do processo. É apenas um documento disciplinador.

A suspensão do acordo resultou de nenhum ML o ter denunciado mas estarem totalmente desmembrados. Neste momento sinto-me suspenso quanto ao futuro: a quem entregar o poder em MNOV? Enquanto a ONU e a OVA afirmarem que os 3 ML é que representam o povo, não podemos ser nós a decidir pelo Povo.

Quando ao falado aumento de efectivos, resultou

de uma redacção deprimente do Dec. Lei, que também foi mal interpretado pelas CV.
 Quanto à situação da UNITA, fiquei descoroado mas não perdi todas as esperanças. Conto ainda com as acções dos farses virtuosos e não só. Foi vejo a possibilidade de se aliarem dois ML [repreza-se ao MPLA e UNITA]. Se tiverem sugestões de soluções, estou aberto a elas.

Quanto à situação no sul, interessa saber o que se passou nas conversas desta madrugada entre MPLA e RAS. Isso pode ser uma viragem na atitude da RAS, que tinha declarado há pouco que só negociavam (falavam) com Portugal, até MINT.

Aqui o A.C. refere a nota diplomática de protesto que o nosso Governo enviou à RAS quando esta ocupou Ruacana e Caluene.
 Quanto ao Norte, embora haja conhecimento da utilização de Zaireenses, do Exército do Zaire, é difícil legalmente acusar o Zaire. O problema é delicado no contexto internacional.
 Quanto à "declaração de guerra" do Dr. Sarumbi é mais contra o Dr. Neto e contra mim, foi fando as bases. Sem me meter nos vossos assuntos, creio que militarmente o MPLA está numa situação pior: está entre dois fogos, um no copre (o café do Norte) e outro no celeiro (o planalto).

Concordo totalmente que se tem de fazer tudo para evitar a seceseat, mantendo o Povo e as riquezas intactas, ou pelo menos não mais agravadas do que até agora.

Quanto aos esforços para evitar conflitos com a NT e população portuguesa, foi satisfatório. A maior parte dos comunicados foi muito prejudicial e confluente. As NT têm muitas relações com a população branca e são contagiados pelos sentimentos desta.

Quanto às relações Portugal-Angola, é o MPLA quem tem mais capacidade, dos ML, para manter e estreitar essas relações. Nós não podemos nem queremos qualquer neo-colonialismo. Queremos oferecer a nossa amizade e aceitar a vossa.

Das conversas com a UNITA resultou o que se esperava e que se confirmou pelas declarações do Dr. Faurubi.

Quanto à saída de portugueses de Angola, trata-se não só das pessoas, como dos bens e das transferências. Nessas situações mal falo, por não estar à vontade. A dificuldade em fazer sair bagagens causa mal-estar, claustrofobia. É necessário não encerrar, se assim suceder, podem entretanto ser aproveitados cá e lá para agir em desespero.

Pensando que o máximo que podemos tirar, em bagagens, é 200 mil m³, o que dá menos de 1m³ por pessoa, não vale a pena causar dificuldades. Os que exploraram Angola nunca estiveram cá, e aquilo que cá tinham saiu facilmente.

É necessário, ainda, resolver o problema das tropas de elementos dos ML e população que está à nossa guarda em áreas

controladas por um só ML.

Relativamente à defesa de Luanda, as NT não manifestaram a intenção de não a defender se as FAPLAS cá estiverem. Neste caso dizem que devem ser estas a defendê-la. Não quero apertar uma recusa se der a ordem. Há o sentimento, que não inventei, de que o MPLA pretende simular a defesa de Luanda por caso falhem, não actuarmos.

As alternativas são: ou saiem as FAPLAS e nós defendemos Luanda, ou aparecem com mais força e nós não agirmos, cabendo então ao MPLA a defesa.

Não temos qualquer supremacia sobre as forças em presença. Já apresentei ao Onambire este problema e creio que irá apresentá-lo aos vossos estrategas.

Dr. Ag. Neto - Nós já declaramos que não aceitaremos mais a FANZA num governo de Angola. Quanto à UNITA não temos pressa; vamos esperar. Eles andam aos 23-24 graus. Não cremos que haja por parte da UNITA solidez e monolitismo que justifiquem a altitude de Savimbi.

Quanto às transferências dos Portugueses, não há solução de momento. Não há divisas para cobrir essa saída de dinheiro.

Consideremos necessário esclarecer a venda pública de produtos da Manutenção Militar, visto que a venda foi legal: foi feita na venda pública e os adjudicatários pagaram impostos. Quanto à defesa de Luanda, não é nossa

intencas deixar que as FAP defendam por nós. Nós somos os mais responsáveis em Angola e daí a exigência da defesa de Luanda. Pensemos que o adversário é estrangeiro. O Zaire pretende dominar Angola e daí a necessidade de a defendermos. Somos nós que iremos defender Luanda.

juicio para: Quer guerra, quer paz, Portugal tem a responsabilidade da soberania em Angola, e é "aborrecido" o silêncio que se tem feito acerca das acções da RAS no sul de Angola. Debe agora, nesta causa, que o Minist. dos Neg. Estrang. português entregou um protesto à RAS; isso deve ser tornado público, para mostrar que alguma coisa foi feita.

Alto Comissário: Já ontem chegaram os representantes de Angola que tinham ido à RAS e entregaram-lhe o relatório do que averiguaram e da informação directa obtida no local.

09 SET 75